

Demonstrações Financeiras

Estreito Participações S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Estreito Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Estreito Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Estreito Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'B. Moretti', is written over the printed name.

Bruno Marchetti Moretti
Contador CRC SP-321238/O

Estreito Participações S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.405	5.406	Fornecedores		2.077	1.566
Partes relacionadas	8	39.829	23.111	Salários e encargos sociais		85	75
Impostos a recuperar		59	234	Impostos a recolher		1.985	1.627
Outros ativos		382	328	Dividendos a pagar	8	19.268	12.742
Total do ativo circulante		41.675	29.079	Passivos de arrendamento		2	15
Não circulante				Outras obrigações	10	1.168	1.514
Títulos e valores mobiliários	5	1.004	913	Total do passivo circulante		24.585	17.539
Partes relacionadas	8	4.090	4.090	Não circulante			
Depósitos judiciais		7	7	Provisão para riscos	9	680	587
Direito de uso em arrendamentos		1	15	Passivos de arrendamento		-	2
Imobilizado	6	131.262	137.608	Outras obrigações	10	10.832	10.018
Intangível	7	34.345	35.972	Total do passivo não circulante		11.512	10.607
Total do ativo não circulante		170.709	178.605	Patrimônio líquido			
				Capital social	11	147.605	147.605
				Reserva de capital		14.554	14.554
				Reserva de lucros		14.128	17.379
				Total do patrimônio líquido		176.287	179.538
Total do ativo		212.384	207.684	Total do passivo e patrimônio líquido		212.384	207.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas	12	70.804	70.364
Custos das vendas	13	(16.624)	(24.481)
Lucro bruto		54.180	45.883
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(7.272)	(6.674)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(188)	86
Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.720	39.295
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.027	2.054
Despesas financeiras		(1.966)	(636)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		45.781	40.713
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.602)	(2.951)
Lucro líquido do exercício		43.179	37.762
Resultado por ação	15		
Básico/diluído por ação ON - R\$		0,0142	0,0124
Básico/diluído por ação PN - R\$		1,3920	1,2174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	43.179	37.762
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>43.179</u>	<u>37.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio líquido							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido	
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023		147.605	14.554	10.081	4.466	11.374	-	188.080
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.762	37.762
Destinação:								
Reserva legal	11	-	-	1.888	-	-	(1.888)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(4.466)	(11.374)	(30.464)	(46.304)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	5.410	(5.410)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		147.605	14.554	11.969	-	5.410	-	179.538
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	43.179	43.179
Destinação:								
Reserva legal	11	-	-	2.159	-	-	(2.159)	-
Dividendos distribuídos	11	-	-	-	-	(5.410)	(41.020)	(46.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		147.605	14.554	14.128	-	-	-	176.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		45.781	40.713
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações, amortizações e exaustão	13	8.725	9.107
Amortização de direito de uso em arrendamentos	13	14	14
Juros e variações monetárias e cambiais		1.864	547
Provisão de contingências		147	(107)
Baixa de ativo imobilizado		94	1
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas		(16.718)	(19.826)
Imposto a recuperar		175	186
Outros ativos		(54)	(29)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		511	238
Salários e férias a pagar		10	6
Impostos e obrigações a pagar		(122)	(411)
Outras obrigações e contas a pagar		(1.417)	(1.378)
		39.010	29.061
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.122)	(2.664)
Processos judiciais pagos		(48)	(67)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		36.840	26.330
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		(91)	(76)
Aquisição de imobilizado	6	(846)	(921)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(937)	(997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e JCP pagos		(39.904)	(76.215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(39.904)	(76.215)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(4.001)	(50.882)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.406	56.288
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.405	5.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estreito Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de abril de 2015, e está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora é a InterCement Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (“ICB”).

Atualmente, a principal atividade da Companhia é a participação de 4,44% no Consórcio Estreito Energia - CESTE (“Consórcio CESTE”), que tem por objetivo explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica de Estreito (“UHE Estreito”), cujo prazo de concessão atual é de 45 anos contados a partir de dezembro de 2002 (já considerada extensão da concessão em 2021 em função da Repactuação do risco hidrológico), quando o contrato de concessão foi assinado.

A energia elétrica gerada pelo Consórcio CESTE, na proporção da participação da Companhia, é adquirida e vendida substancialmente à sua controladora ICB, de acordo com preços e termos previamente estabelecidos nos contratos assinados entre as partes.

A continuidade operacional da Companhia está condicionada a manutenção da estrutura operacional hoje existente, e dos contratos assinados para compra e venda de energia entre as partes relacionadas. Em eventual descumprimento contratual pela ICB, a Companhia está autorizada a comercializar a energia recebida do Consórcio gerador diretamente no mercado regulado.

Pedido de Recuperação Judicial da Controladora

Em 03 de dezembro de 2024, a controladora ICB solicitou o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, conjuntamente com outras subsidiárias do grupo Mover, junto ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, cujo deferimento ocorreu no dia 05 de dezembro de 2024 e tem por objetivo garantir a estabilidade às sociedades requerentes, preservando sua capacidade de gerar valor para clientes, empregados, fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

Em 10 de fevereiro de 2025, a ICB apresentou o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) no âmbito do processo de Recuperação Judicial do grupo econômico, autuado sob o nº 1192002-34.2024.8.26.0100, nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/2005. O Plano estabelece os termos e condições propostos para viabilizar a superação da atual situação econômico-financeira do Grupo, garantindo a continuidade de suas atividades.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Aprovação do Plano

Em 05 de outubro de 2025, foram apresentadas novas versões dos planos de recuperação judicial da controladora ICB e das empresas Mover, Sucea e Sincro, alinhadas ao acordo previamente firmado. Em 06 de outubro, os planos foram aprovados em assembleia geral de credores, com mais de 99% de adesão em todas as classes, sendo homologados pelo Juízo em 10 de dezembro de 2025.

Diante dos esforços empreendidos pelo Grupo para a manutenção de seu desempenho, retomada do crescimento de suas atividades e reestruturação das dívidas existentes, incluindo as ações já implementadas e aquelas sob responsabilidade da administração, bem como considerando a natureza operacional das transações entre a Companhia e a ICB, e o fato de que, conforme anteriormente mencionado, a Companhia está também autorizada a comercializar a energia recebida do Consórcio gerador diretamente no mercado regulado, mantém-se o pressuposto de continuidade operacional.

Nesse contexto, mesmo durante a execução do Plano de recuperação judicial de sua controladora, não foram identificados neste momento potenciais riscos que possam comprometer a capacidade da Companhia de continuar operando pelos próximos doze meses e no futuro previsível.

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, o prazo de extensão da Estreito Participações S.A. é de 1.876 dias equivalente a R\$18.651.

Conforme determinado na resolução normativa ANEEL nº 895/20, possuía o prazo de até 60 dias contados da data da publicação da Resolução Homologatória para efetuar as avaliações necessárias e assinar o Termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Dessa forma, a “Estreito” efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu, em dezembro de 2021, o montante de R\$18.651 como Direito de extensão de concessão no intangível em contrapartida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício.

O montante reconhecido no intangível da Companhia como Direito de Extensão de Concessão (UBP) é equivalente a 1.888 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 01 de fevereiro de 2043.

Em outubro de 2021, a “Estreito” assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Adicionalmente, em novembro de 2023 foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 094/2002-ANEEL, de modo a formalizar a recomposição do prazo da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Estreito, nos termos da Resolução Autorizativa nº 13.559 de 31 de janeiro de 2023, bem como, a extensão do prazo de vigência da outorga, nos termos da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021 (alteradas pela Resolução Homologatória nº 3.242, de 15 de agosto de 2023), do Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, e da Resolução Autorizativa nº 14.896, de 10 de outubro de 2023, com prazo de recomposição de 852 dias e prazo de extensão de 2.496 dias, sendo assim, o novo prazo de encerramento de concessão encerrará em 12 de fevereiro de 2047.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído na “Estreito” pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.3. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos, utilizando as seguintes vidas úteis:

	<u>Vida útil</u>
Terrenos	(*)
Veículos (a)	7 anos
Móveis e utensílios (a)	16 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	(*)
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	31 anos
Máquinas e equipamentos	(*)

(*) São depreciados linearmente pelo período de concessão que se encerra em janeiro de 2047.

(a) Depreciação pela vida útil do bem.

2.4. Ativos intangíveis

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos abaixo indicada. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	<u>Vida útil</u>
Software	5 anos
Direito de concessão (Uso do Bem Público - UBP)	(**)
Outros (terrenos para serventia)	(***)

(**) Os bens vinculados a concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em janeiro de 2047.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(***) Valores pagos a proprietários de terras, com a finalidade de uso dessas terras para instalação da linha de transmissão e são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em fevereiro de 2047.

2.5. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.6. Direito de concessão - Uso do Bem Público (“UBP”)

O consórcio CESTE possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

O contrato de concessão do consórcio CESTE também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, não havendo obrigações adicionais à Estreito Participações S.A.

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

2.8. Tributação

No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de energia elétrica. O imposto de renda e a contribuição sobre as receitas financeiras são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10%, quando aplicável) e de 9%, respectivamente.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, ou a venda de ativos financeiros.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

c) *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadre nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado.

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Passivos financeiros

b) *Valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “*hedge*”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “*hedge*”.

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

Contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) *Perdas de crédito esperadas para 12 meses*: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) *Perdas de crédito esperadas para a vida inteira*: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

2.11. Títulos e valores mobiliários

Representados por aplicações financeiras restritas que serão utilizadas de forma vinculada à obrigação do Consórcio junto à FUNAI, conforme Nota 5. Essas aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e estão registrados ao valor justo por meio do resultado.

2.12. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Normas	Data de início
• Alterações à IAS 21 (CPC 02 (R2)) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;	
• Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1)) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade;	01 de janeiro de 2025
• Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R3)) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto (método de equivalência patrimonial);	

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 em função das respectivas adoções.

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de inicio
• Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa;	
• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e; contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais;	01 de janeiro de 2026
• Alterações à IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;	
• Alterações à IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações.	

3. Principais julgamentos financeiros e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Uso de estimativas

As estimativas financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para riscos anualmente.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	120	616
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	1.285	4.790
Total	<u>1.405</u>	<u>5.406</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações em CDBs apresentam rentabilidade de 96,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 97% a 97,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Títulos e valores mobiliários (aplicações vinculadas)

	<u>Remuneração</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	100% do		
	CDI		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs		1.004	913
Total		<u>1.004</u>	<u>913</u>

Em 14 de outubro de 2010, o Consórcio firmou um compromisso definitivo com a FUNAI Fundação Nacional do Índio, e a Associação WYTY CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução do programa de apoio as comunidades indígenas no âmbito do UHE Estreito. Esse compromisso visa atender ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito, envolvendo as terras indígenas Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo. Em função desse compromisso, o Consórcio mantém aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") emitidos pelo Banco do Brasil com possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento desde a data da aplicação até a data do vencimento ou renovação. Considerando que tal aplicação está vinculada à obrigação do Consórcio junto à FUNAI, o Consórcio constituiu um Contas a Pagar - FUNAI, classificado no passivo não circulante, reconhecendo assim que essa aplicação será resgatada pela Associação WYTY CATE à medida que o programa de apoio à comunidade indígena estiver sendo executado. O saldo acima contempla os valores devidos mais os rendimentos de aplicação financeira, que também serão repassados à FUNAI.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Imobilizado

	2025		2024	
	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Terrenos	11.013	(5.291)	5.722	5.988
Instalações	3.974	(1.653)	2.321	1.847
Máquinas e equipamentos	76.818	(38.100)	38.718	35.351
Móveis e utensílios	30	(16)	14	16
Veículos	53	(48)	5	6
Reservatório, barragens e adutoras	160.468	(78.514)	81.954	92.162
Imobilizado em andamento	2.528	-	2.528	2.238
Total	254.884	(123.622)	131.262	137.608

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	144.178
Adições	921
Baixas	(1)
Depreciações	(7.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	137.608
Adições	846
Baixas	(94)
Depreciações	(7.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	131.262

7. Intangível

	2025		2024	
	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	71	(71)	-	-
Direito de concessão (UBP)	45.487	(11.242)	34.245	35.867
Outros	351	(251)	100	105
Total	45.909	(11.564)	34.345	35.972

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.589
Amortizações	(1.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.972
Amortizações	(1.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.345

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a compra e venda de energia elétrica e serviços, dividendos a pagar, como segue:

		2025		
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
		Contas a receber (a)	Outras a receber (b)	Dividendos a pagar
Controladora:				
	InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial	39.829	4.090	963
Acionista:				
	Itaú Unibanco S.A.	-	-	18.305
	Total em 2025	39.829	4.090	19.268
		2024		
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
		Contas a receber (a)	Outras a receber (b)	Dividendos a pagar
Controladora:				
	InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial	23.111	4.090	-
Acionista:				
	Itaú Unibanco S.A.	-	-	12.742
	Total em 2024	23.111	4.090	12.742

As transações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

		Vendas
Controladora:		
	InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial (a)	71.470
	Total em 2025	71.470
	Total em 2024	70.099

(a) Refere-se à venda de energia elétrica, conforme os preços e demais condições estabelecidos em contrato. A receita da Companhia é realizada substancialmente com sua controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial.

(b) Refere-se às variações patrimoniais do Consórcio Ceste em exercícios anteriores, ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação e a data efetiva da transferência. O montante foi registrado, na Companhia, em outras contas a receber e, na Controladora, em outras obrigações.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Provisões para riscos

A Companhia e o consórcio CESTE estão sujeitos a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis e outros (a)	680	587
Total	680	587

(a) O consórcio CESTE possui processos cíveis referentes, principalmente, a indenizações por danos materiais e morais.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, o consórcio CESTE possui exposição de R\$1.762 (R\$1.768 em 2024), sendo R\$18 de contingências tributárias (R\$17 em 2024), R\$1.160 de contingências cíveis (R\$1.148 em 2024) e R\$585 de contingências ambientais (R\$604 em 2024), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

O Consórcio CESTE possui processos cíveis (polo passivo) referentes, principalmente, à indenização, por danos materiais e morais e ações (polo ativo) de desapropriação, no qual a Companhia possui participação de 4,44%.

10. Outras obrigações

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisões para custos remanescentes de implantação (a)	196	532
Contas a pagar - FUNAI (b)	1.004	913
Direito de concessão - uso do bem público (c)	10.255	10.036
Outros	545	51
Total	12.000	11.532
Parcela classificada no passivo circulante	1.168	1.514
Parcela classificada no passivo não circulante	10.832	10.018

(a) Com a entrada da última máquina em operação e conseqüentemente finalização da chamada fase de construção do projeto, o consórcio CESTE provisionou a melhor estimativa de desembolsos remanescentes, previstos nos projetos de implantação da usina.

(b) Conforme Nota 5, em 14 de outubro de 2010, o consórcio CESTE firmou um compromisso com a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, e a Associação WYTY CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução de programa de apoio às comunidades indígenas. Esse compromisso visa atender ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Estreito, envolvendo terras indígenas, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Refere-se à obrigação ao Uso do Bem Público (UBP), paga diretamente pelas consorciadas, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$147.605, representado por 181.597.485 ações nominativas, sendo 152.129.251 ações ordinárias e 29.468.234 ações preferenciais.

Ações preferenciais

As ações preferenciais da Companhia possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos; e
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias. Esses eventuais impactos no caso de desinvestimento por parte dos preferencialistas são de responsabilidade da sua controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial, portanto, não são registrados nessas demonstrações financeiras.

Dividendos

Aos detentores de ações preferenciais é assegurada, em cada exercício social, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido, conforme previsto no Estatuto da Companhia, antes da constituição da reserva legal.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	43.179	37.762
Constituição de reserva legal – 5% (a)	(2.159)	(1.888)
Total	41.020	35.874
Dividendos mínimos obrigatórios	41.020	30.464
Proposta da Administração:		
Dividendos propostos	41.020	35.874

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

Em 2025, do montante total proposto de R\$41.020, foram pagos R\$21.752 a título de dividendos intercalares correspondentes aos resultados auferidos nos seis meses findos em 30 de junho de 2025 (R\$1.088 foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$20.664 pagos aos acionistas detentores de ações preferenciais, conforme deliberações formalmente documentadas em atas de Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias 30 de junho de 2025 e 24 de novembro de 2025). O saldo remanescente de R\$19.268 será pago ao longo de 2026.

No mesmo período, foram pagos dividendos relativos ao exercício de 2024 no montante de R\$18.152, propostos para distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 2024, do montante total de dividendos atribuídos, R\$30.464 foi aprovado para distribuição, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, e R\$5.410 foi proposto a título de dividendos adicionais para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Por esse motivo o saldo proposto foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, sem a transferência para reserva de retenção de lucros.

No mesmo período, foram pagos R\$76.215, composto por: R\$17.722 a título de dividendos intercalares correspondentes aos resultados auferidos nos nove meses findos em 30 de setembro de 2024 (R\$4.430 foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$13.292 pagos aos acionistas detentores de ações preferenciais, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária no dia 23 de dezembro de 2024) e, R\$58.493 relacionados ao exercício de 2023.

O saldo remanescente proposto e relativo aos dividendos mínimos obrigatórios atrelados ao exercício de 2024, no montante de R\$18.152, foi pago durante o exercício de 2025, conforme mencionado no parágrafo acima.

12. Receita líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Venda de produtos (a)	73.486	73.030
Impostos sobre vendas (b)	(2.682)	(2.666)
Total	<u>70.804</u>	<u>70.364</u>

- (a) Refere-se substancialmente à venda de energia elétrica à controladora InterCement Brasil S.A. – Em recuperação judicial, de acordo com os termos estabelecidos em contrato.

- (b) Os impostos sobre vendas são compostos por PIS e COFINS.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Depreciação e amortização (Notas 6 e 7)	(8.725)	(9.107)
Amortização direito de uso em arrendamentos	(14)	(14)
Serviços de terceiros	(2.968)	(2.574)
Salários e benefícios a empregados	(349)	(308)
Despesas com eletricidade (a)	(7.856)	(15.309)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento energia	(840)	(787)
Despesas com materiais	(205)	(236)
Despesas tributárias	(175)	(174)
Despesas com seguros	(861)	(756)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(147)	107
Outras contribuições e associações	(1.755)	(1.755)
Outras despesas	(189)	(156)
Total	(24.084)	(31.069)
Custo das vendas	(16.624)	(24.481)
Despesas gerais e administrativas	(7.272)	(6.674)
Outras receitas e despesas operacionais	(188)	86
Total	(24.084)	(31.069)

(a) Refere-se à compra de energia elétrica do consórcio CESTE, nos termos estabelecidos em contrato.

14. Imposto de renda e contribuição social

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	73.486	73.486	73.030	73.030
Percentual do lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	5.879	8.818	5.842	8.764
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	1.470	793	1.461	789
Receita financeira (*)	1.068	1.068	2.132	2.132
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	267	96	533	192
10% adicional de imposto de renda	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	1.713	889	1.970	981

(*) Refere-se ao valor de receita financeira bruta, antes dos impostos aplicáveis (PIS/COFINS), sendo que o valor líquido das receitas financeiras é de R\$1.029 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.054 em 31 de dezembro de 2024).

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Resultado por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Ações	31/12/2025		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	2.159	41.020	43.179
Denominador básico e diluído- Média ponderada de ações	152.129.251	29.468.234	181.597.485
Lucro por ação (em R\$) – básico e diluído	0,0142	1,3920	0,2378

Ações	31/12/2024		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	1.888	35.874	37.762
Denominador básico e diluído- Média ponderada de ações	152.129.251	29.468.234	181.597.485
Lucro por ação (em R\$) – básico e diluído	0,0124	1,2174	0,2079

16. Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Níveis de hierarquia dos instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e bancos – Nota 4	120	616
Valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (nível 2) - Nota 4	1.285	4.790
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - Nota 5	1.004	913
Custo amortizado:		
Partes relacionadas (nível 2) - Nota 8	43.919	27.201
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores (nível 2)	2.077	1.566
Passivos de arrendamento (nível 2)	2	17
Partes relacionadas e dividendos a pagar (nível 2) - Nota 8	19.268	12.742

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		I	II	III
Exposição a índices variáveis				
CDI	Queda do índice	308	231	154

O cenário I reflete as expectativas para 360 dias, a partir da data do balanço, conforme indicadores disponibilizados no mercado financeiro (fonte BM&F Bovespa) para cálculo dos valores futuros de tais operações, sendo 13,45% a.a. para o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O cenário I representa as melhores estimativas da Administração, considerando as informações disponíveis no momento de encerramento das demonstrações financeiras. O cenário II considera uma queda no índice de 25%, e o cenário III, de 50%.

17. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 15 de abril de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.